

Sucesso do pacote de ajuda depende da adesão de bancos privados, diz economista

Segundo especialista da Unicamp, País vai precisar de US\$ 66 bilhões para fechar contas em 99

DENISE NEUMANN

O pacote de ajuda dos organismos internacionais e do Grupo dos Sete (G-7) países ricos – que juntos estão oferecendo US\$ 41,5 bilhões ao Brasil – só dará certo se também os bancos privados acreditarem que o risco de crise foi afastado e, assim, decidirem aportar “voluntariamente” recursos no País. A avaliação é do economista da Unicamp, Luciano Coutinho. O Brasil precisa de cerca de US\$ 66 bilhões no próximo ano para fechar suas contas externas, considerando que as dívidas de curto prazo serão roladas, calcula o economista. Descontando desse total os US\$ 41 bilhões do pacote de ajuda, faltam aproximadamente US\$ 25 bilhões.

“Os bancos centrais dos países desenvolvidos vão, agora, pressionar os bancos privados para que participem dessa ajuda”, observa Coutinho. Os bancos privados, por sua vez, vão esperar os primeiros resultados do ajuste fiscal anunciado pelo governo.

“Por isso, a novela ainda não acabou”, resumiu Coutinho para uma platéia de economistas e analistas tributários reunidos em seminário no Conselho Regional de Economia (Corecon). “Há um déficit de confiança no País, aumentado pelo descaso com que o governo tratou o pacote fiscal do fim do ano passado”, ponderou o economista, que também é sócio da LCA Consultores.

O ex-secretário de Relações do Trabalho de São Paulo, Walter Barelli – que também participou do debate –, estimou que “o índice de desemprego no Brasil vai ser espanhol no próximo semestre”. Na Espanha, os índices de desemprego superaram 20%, explicou Barelli.

Ele acredita que esse será o cenário do Brasil, considerando a metodologia empregada pela Fundação Seade e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese).

A pesquisa dessas instituições aponta que o desemprego já está em 18,5% na Grande São Paulo. Na sua avaliação, as férias coletivas e as licenças remuneradas, que estão sendo adotadas por muitas empresas, são “uma antecipação do desemprego que virá no futuro”.

Coutinho e Barelli defendem uma revisão da política econômica atual, que passe pelo desenho de uma política in-



Luciano Coutinho, da Unicamp: “A novela ainda não acabou”

AJUDA PODE DEPENDER DA PRESSÃO DE BCS

dustrial e de incentivo às exportações. “Com uma política de incentivo à produção industrial e agrícola, teríamos uma forma de inserção positiva à globalização”,

ponderou Barelli.

Coutinho calcula que o Brasil vai enfrentar uma recessão de 1% no próximo ano, com uma queda da massa de rendimentos de 1,5%. A recessão, pondera, já está instalada e os piores momentos serão os quatro meses compreendidos entre novembro deste ano e fevereiro do próximo.

“Nesse período, o conjunto do PIB pode cair entre 7% e 8%”, ponderou. Essa retração será dividida de forma diferente entre os setores, com prejuízo maior dos bens duráveis e menor para os não-duráveis.

O economista da Unicamp disse que a queda de 1% no PIB é o melhor cenário para o Brasil no próximo ano. Um resultado melhor é impossível entre outros fatores porque a taxa de juros continuará muito alta, explicou. A taxa pode cair relativamente rápido para o nível de 20% (projeção da LCA para os meses de março e abril de 1999). “O problema é cair para baixo deste nível, que o nível anterior à crise Russa”, observou. “Essa queda não ocorre porque há um problema com a taxa de câmbio”, acrescentou.

Na sua avaliação, a taxa de câmbio mantém-se defasada e não permite ao País crescer e ter superávit comercial ao mesmo tempo. “Em algum momento, a política cambial precisará ser alterada e essa preocupação mantém os investidores externos recalcitrantes”, argumentou Coutinho.